



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, realizada dia 30 de Março de 2022, de conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS (2022) realizou-se a presente **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, sob a **Presidência** do Vereador **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO**: Muito bom dia. É uma satisfação realizar essa Audiência Pública. Agradeço a presença de todos e também dos que participam de forma on-line. Eu declaro aberta a Audiência Pública da Câmara Municipal de São Carlos, solicitada pela prefeitura municipal para a elaboração do PPA, o Plano Plurianual, e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023, conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 48, § 1º, inciso I. Convido para integrar a Mesa de Autoridades desta Audiência Pública o secretário municipal de Planejamento e Gestão, Luís Carlos (sic) Panone, representado pelo chefe de gabinete, o Bill Moreira. Também convido para estar conosco a diretora do departamento de orçamento da Secretaria de Planejamento e Gestão, a Sra. Fabiana Colmati. Eu agradeço a presença de todos os presentes, agradeço também... estou vendo aqui, tem inúmeros secretários participando on-line desta Audiência Pública. Quero cumprimentar e agradecer a presença da secretária Helena; do secretário Mário Antunes; do Adilson Vitta, da Secretaria Municipal de Educação; do Celso Santos, que é da Secretaria Municipal de Educação; também da Simone Botega; do secretário Tundisi; do Jhony Silva, que representa a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento; da Kellen, da Fundação Pró-Memória; do Fernando Carvalho, da Fundação Educacional São Carlos; do Leandro Severo, provavelmente da SMEIJ; Maria Isabel Lima; do Helder Luiz; da Alessandra Marques, que é do departamento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação; a Vanessa Paula; a Silzia Duarte, também da Secretaria Municipal de Esportes; e o Carlos Augusto. É um prazer enorme tê-los conosco aqui, nesta Audiência Pública. Eu quero nesse momento passar a palavra para o Bill, para que ele possa fazer a apresentação dos dois objetos que nós vamos discutir aqui hoje, o PPA e a LDO. LDO não? **SR. EDUARDO BILL MOREIRA**: Só PPA. **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO**: Só PPA, né? **SR. EDUARDO BILL MOREIRA**: Só LDO. **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO**: Só LDO, né? Perfeito. Então, eu passo a palavra ao Bill, para que ele possa explicar sobre a LDO. É que aqui no meu enunciado veio para a elaboração do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Mas fica registrado, então, que a fala se limitará à Lei de Diretrizes Orçamentárias. **SR. EDUARDO BILL MOREIRA**: Na realidade, a Lei de Diretrizes Orçamentárias se baseia no PPA aprovado pelos vereadores, né? **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO**: Uhum. **SR. EDUARDO BILL MOREIRA**: É só uma adequação para o próximo exercício-- **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO**: Da meta, do exercício de 2023, né? **SR. EDUARDO BILL MOREIRA**: É. É uma sequência que tem que ser respeitada, né? **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO**: Sim, sim, sim. Sim. **SR. EDUARDO BILL MOREIRA**: Bom, então, bom dia a todos. Representando o secretário de Planejamento Luis Antônio Panone, que está voltando da cidade de São Paulo, onde assinou convênios com o governo do estado, infelizmente não chegará a tempo desta reunião, mas em nome do Panone e também em nome da Prefeitura Municipal de São Carlos, do prefeito Airton Garcia, quero primeiramente agradecer à Câmara Municipal e oferecer as condições técnicas para realização dessa audiência. Agradeço a presença do vereador e presidente do Legislativo, Roselei Françoso, e também aos demais vereadores pela parceria, que é sempre importante, dessa Casa de Leis. Muito obrigado mesmo. Sem a parceria da Câmara, nós não teríamos



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

condição de fazer uma reunião tão abrangente. Como já foi dito, vários secretários e várias pessoas participando de forma on-line. A formulação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO, é de grande importância para o planejamento e desenvolvimento do município. E como veremos na explanação técnica logo mais, são necessárias várias etapas até a sua aprovação final. Nesse momento, recebemos sugestões e as propostas dos munícipes. Posteriormente, os vereadores poderão examinar e alterar a LDO, que será analisada aqui na Casa a partir do mês de maio. O prazo regimental é no final de abril, então a Casa deve estar a partir de maio fazendo o exame da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Os últimos dois anos foram realmente difíceis para todos nós, e todas as formas de planejamento orçamentário foram colocadas à prova. A pandemia ainda tem reflexos tristes no nosso dia a dia, e por isso faz-se mais do que necessário o planejamento coerente e, principalmente, consequente para evitarmos problemas maiores no futuro. Hoje, eu estou aqui acompanhado da diretora de Orçamento da secretaria, Fabiana Colmati, que fará uma apresentação logo a seguir; também o Carlos Galvani, da Secretaria de Gestão e Planejamento. Quero agradecer também à chefe de gabinete, também aos secretários que estão... ou presencialmente ou de forma on-line, que estarão aqui anotando. Esses secretários e suas equipes estarão anotando as eventuais propostas para serem encaminhadas para uma possível apreciação mais a fundo para inclusão na LDO. Como se trata da primeira audiência da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as sugestões e reivindicações aqui apresentadas, bem como as propostas que estão sendo enviadas pelo site da prefeitura, serão analisadas e enviadas às secretarias para posterior inclusão na LDO, que será enviada posteriormente para análise legislativa. Existe um 'banner' no site da prefeitura onde a população pode fazer as suas sugestões para a LDO deste ano aqui, que ela é referente ao orçamento de 2023. Todas essas discussões devem resultar posteriormente no orçamento municipal do próximo ano, e todos nós temos a esperança que 2023 seja um ano importante e de recomeço para todos nós. Agradeço aí mais uma vez à Câmara Municipal, ao vereador Roselei Françoso, que tem sempre sido parceiro. E agora, passo para a Fabiana, para poder fazer uma explicação mais técnica de como funciona a LDO. Muito obrigado. **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Eu quero agradecer também. A gente às vezes ficava preso aqui no on-line e... Registrei a presença de várias pessoas que estão aqui on-line e acabei não registrando os presentes aqui. Então, eu quero agradecer os colaboradores aqui, à Dani, ao Murilo... Ai, às vezes me foge o nome aqui. O da Prohab. O Negretto, o Negretto, a Paula... **ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone]. **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** A Cláudia e o Carlos. O Carlos é da Secretaria Municipal de Planejamento também. O Carlos eu não esqueço o nome porque toda vez que eu vou lá, está firme lá com a Fabiana, né, Fabiana? Então, agradecendo vocês também pela presença e, logicamente, nosso corpo técnico, que está nos auxiliando aqui também, está bem? Quero registrar também a presença da vereadora Cidinha do Oncológico, que está on-line conosco. E na medida que a audiência vai ocorrendo, eu vou registrando novas presenças aqui, está bem? Então, Fabiana, você tem a palavra pelo tempo que for necessário. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Bom dia a todos. Eu vou fazer uma apresentação simples explicando o que é LDO e quais são os objetivos dela e dessa audiência. Começando a apresentação. A função aqui da Audiência Pública... A audiência é uma forma de participação e controle popular, onde os atos da administração são trazidos aqui através... a gente está usando a Câmara Municipal para apresentar. É uma questão de transparência, responsabilidade e respeito ao cidadão. No caso dessa audiência, ela está prevista em duas legislações, duas leis: no art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 44 do Estatuto das Cidades. A gente... Pegando lá no art. 48 da LRF, ele fala que "são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso ao público, os planos orçamentários, as leis



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

de diretrizes orçamentárias e as prestações de contas, respectivo parecer prévio, o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório da gestão fiscal, e as versões simplificadas desses documentos". E aí, no seu inciso I, ele coloca aqui o incentivo à participação popular e a realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos. Então, a LRF já veio trazer esse incentivo para que a população esteja presente em todas as etapas, não só na elaboração, que é esse momento que a gente está, da LDO, depois também do orçamento anual e também da avaliação dessas metas, que é feita quadrimestralmente pela Secretaria de Fazenda e pela Secretaria de Saúde também, que vem apresentar. Já o Estatuto das Cidades, ele também garante que no âmbito da gestão municipal, a gestão orçamentária participativa... tem que realizar audiências e consultas públicas sobre as propostas do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do orçamento anual como condição obrigatória para sua aprovação na Câmara Municipal. Então, para enviar essas peças de planejamento aqui para a Câmara, a gente sempre tem que ter essas audiências precedendo como garantia da participação popular. Agora, vamos falar. A LDO... o amparo legal da elaboração da LDO: ela foi incluída na nossa legislação pela Constituição Federal de 88, que lá no seu art. 165 garante que a... São leis de iniciativa do Poder Executivo o Plano Plurianual, que nós elaboramos ano passado. e ele tem vigência de quatro anos. Ele começou em 22 e vai até 25. E anualmente a gente faz a LDO, e da LDO depois saem os orçamentos anuais. O PPA, então, ele é um conjunto de programas que são definidos para os próximos quatro anos. Ele é elaborado no primeiro ano de gestão do prefeito, valendo do segundo ano da gestão dele até o primeiro do próximo, afim de garantir a continuidade das ações que estão previstas. Anualmente, desse PPA, a gente destaca as metas, os indicadores que a gente pretende executar naquele ano. Então, é a priorização anual dos programas e também a definição das metas fiscais. E dessa priorização é que saem os orçamentos anuais, que é a locação de recursos, que é onde eu coloco lá onde eu vou gastar e quanto eu vou receber. É onde eu vou começar a execução da despesa e arrecadação da receita. A LDO, ela é elaborada, então, anualmente e tem como objetivo apontar as prioridades do governo para o próximo ano. Ela orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, baseando-se que no que foi previsto no PPA. Então, ela orienta orçamento, mas baseada no PPA. Então, é ela que faz esse elo de ligação, que garante que o que foi previsto no PPA esteja no orçamento. E a gente costuma dizer que a LDO, então, ela serve como um ajuste do planejamento anual, porque como a gente fez o planejamento lá em 21 para valer para 23, muita coisa vai mudando nesse cenário. Então, a gente tem que reanalisar, replanejar, revisar essas metas, incluir novas, pode acontecer de alguma que estava prevista não ser mais necessária. Então, todo esse trabalho é feito nesse sentido, de reanálise do planejamento. Os prazos para encaminhamento para o Legislativo, eles estão previstos nos atos das disposições constitucionais transitórias da Constituição Federal e na nossa lei orgânica aqui do município. Quando foi feita a Constituição, previa-se que ia ter uma nova lei que iria alterar, mudar algumas regras da administração pública, que hoje ela é muito baseada na 4.320/64. Então, existia esse conceito de que uma nova lei entraria, até hoje está sendo discutido isso. Então, esses prazos estão constando lá nos dados das disposições constitucionais transitórias esperando essa aprovação da nova lei, que vai definir quais são os novos prazos. Enquanto isso não é definido, vale as leis orgânicas dos municípios ou essa data. No caso do município de São Carlos, foi definido o prazo de 30 de abril de cada ano para ser entregue a LDO aqui na Câmara. Até o dia 30 de abril. E ela precisa ser aprovada antes do recesso parlamentar. No caso de a LDO chegar aqui na Câmara e ela não ser aprovada, as... não pode haver o recesso parlamentar do meio do exercício, de junho, julho, e aí ele fica pendente até que seja aprovada essa lei. Falando sobre o que deve ter dentro... o que a LDO... deve constar nela. Ela tem que estabelecer as metas e prioridades da administração



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

pública. Então, é nela que vai ter lá: se eu vou construir escola, quantas escolas; se eu vou reformar; se eu vou asfaltar; se eu vou garantir a continuidade de distribuição dos produtos lá da... distribuição gratuita. Então, todas as minhas metas que eu pretendo fazer, que a administração pretende fazer têm que estar lá dentro do anexo da LDO, que é um anexo de programas e metas. Ela tem que orientar a elaboração do orçamento anual; ela dispõe sobre alterações na legislação tributária, então sempre tem que ter uma previsão na LDO para ter esse tipo de alteração; ela tem que garantir o equilíbrio entre as receitas e as despesas. Então, já nos seus anexos, a LDO vem tratando desse equilíbrio para garantir que não se haja déficit na execução orçamentária. Ela tem que prever os critérios e as formas da limitação de empenho, do contingenciamento de despesas e a previsão da reserva de contingência. Esses critérios servem para caso haja uma frustração na receita, a gente vai fazendo acompanhamentos bimestrais da receita, e se houver essa frustração, a Secretaria de Fazenda, em conjunto com a Secretaria de Planejamento, tem que adotar critérios para limitação desses empenhos, para garantir o equilíbrio orçamentário. Ela tem que estimar as renúncias de receita, todas aquelas isenções, anistia, que são dadas têm que estar previstas na LDO. Ela também trata das condições e exigências para as transferências das entidades do terceiro setor. Então, é lá que vai listar toda a documentação, como funcionam esses repasses, tem que estar em consonância com o exigido pelo Tribunal, pela Lei 3.019, e lá é que vão estar os critérios. Ela também traz os anexos de metas e riscos fiscais, sempre avaliando o ano dela e os próximos dois. Então, nós estamos fazendo 2023 e a gente já prevê... começa a fazer o estudo das metas para 24 e 25, além de analisar o ano anterior, o cumprimento da meta do exercício anterior. Ela também tem que constar o anexo da relação das obras em andamento para atendimento do art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que fala que o município não pode começar um novo projeto, uma nova obra se ele não terminou uma que estava em andamento. Isso aí é um dispositivo que foi incluído na legislação para evitar que um prefeito, um governo, comece uma coisa e deixe lá abandonado e só retome... não retome. Então, tem essa garantia, que só... Esse artigo garante essa continuidade das ações. E ela também vai garantir os critérios para atendimento das emendas parlamentares. Eu acho que há umas duas semanas passou aqui na Câmara uma alteração da nossa lei orgânica, do município, em primeira votação, ainda vamos ter a segunda votação, que a partir do ano que vem o município vai adotar o sistema de emendas parlamentares impositivas. É uma alteração que começou lá na União, e vários estados e municípios agora têm adotado isso. Com essa mudança, então as emendas dos vereadores aqui, elas vão ser obrigatórias à execução, a gente vai ter um incremento do valor previsto das emendas, mas aí lá na LDO a gente vai colocar, baseado nessa alteração que está sendo discutida aqui na Câmara Municipal, os mesmos critérios para os vereadores poderem apresentar essas emendas e como vai ser a execução, a questão dos restos a pagar. Então, terminando a discussão aqui, ainda vai dar tempo, a gente já coloca lá na LDO, garantindo essa previsão. Sobre a participação popular. Além dessa audiência, né, que tem esse intuito de apresentar o que é a LDO para os munícipes e acolher as sugestões que eles vão fazer, pode ser através da palavra aqui, ou através dos vereadores, dos conselhos, de várias formas, a gente também disponibilizou, como o Bill falou, no site da prefeitura um formulário on-line, que fica lá disponível para as pessoas fazerem essa sugestão. Esse formulário, ele iniciou no dia 10 de março, ele vai ficar disponível até o dia 10 de abril, garantindo assim que as pessoas tenham acesso. Esse formulário, então, ele está... Que essa é uma cópia lá da tela do site da prefeitura. Ele fica logo no começo, logo que abre o site, ele é um 'banner', que fica passando os principais itens, ele já vai ter lá o link para as pessoas poderem participar. Na elaboração da LDO do ano passado, a gente chegou a ter mais de 500 participações. Então, a gente espera que esse número aumente a cada ano, e a gente tem tentado acolher sugestões que as pessoas têm colocado.



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

Algumas, infelizmente, não dizem respeito ao planejamento municipal, mas a gente tenta todo ano repassar essas demandas para os secretários, para eles darem uma analisada e verem o que é possível atender; e algumas a gente consegue colocar no planejamento anual, como foi o caso que deu muito destaque, que foi a reabertura do Centro de Referência da Mulher, que foi uma demanda por dois anos muito colocada tanto na LDO como no PPA, e aí ela foi garantida no orçamento, inclusive posteriormente com uma emenda aqui da Câmara Municipal, que colocou uma dotação específica para isso no orçamento, garantindo aí recursos para essa reabertura. Aí acho que agora estão nos trâmites aí para ver como vai ser feito. Para finalizar, só para entender... as pessoas entenderem como é esse processo da elaboração da LDO, então a gente fez um cronograma interno lá dentro da prefeitura de como começam essas discussões. Então, primeiro a gente já disparou um ofício para todos os secretários, para todos os diretores presidentes das administrações indiretas, falando sobre esse processo. A primeira coisa que a gente disponibilizou foi esse formulário lá no site da prefeitura, que está lá desde o dia 10 de março até o dia 10 de abril. Aí dia 30, que seria hoje, a gente, com a parceria aqui da Câmara Municipal para tentar entender o maior número de munícipes, considerando transmissões nas redes sociais, nas televisões, na rádio, e on-line e presencial aqui, a gente acredita que atinja o maior número de pessoas. Então, a gente pediu esse espaço e agendou essa Audiência Pública para hoje. Até o dia 8 de abril, os órgãos da administração indireta têm que encaminhar lá para a gente na Secretaria de Planejamento os anexos de metas e riscos federais. Por que só os órgãos da administração indireta? Porque eles é que têm execução de receita e despesa, que esse anexo, ele trata dessa parte contábil mais, e a Secretaria de Fazenda, que faz em conjunto com a Secretaria de Planejamento. Até o dia 14 de abril, que é depois, então, do encerramento do formulário com as sugestões e também após essa audiência, que vai pegar mais essas sugestões da população, a gente vai encaminhar para as secretarias e eles têm que retornar para a gente, tanto essas secretarias como a administração indireta, as alterações que elas queiram fazer no seu anexo de metas que foi elaborado a partir do PPA, também têm que encaminhar o parecer dos conselhos municipais. Então, eles já teriam que estar trabalhando com os conselhos municipais, ouvindo o que esses conselhos desejam que tenha na LDO, que tem sido um questionamento dos nossos conselhos, em especial aqui o Conselho de Saúde, que tem apontado que não está sendo ouvido, ou quando chega, chega muito em cima da hora. Então, a gente já está pedindo faz tempo que esse conselho participe, então os secretários estão sabendo, e eu estou pedindo que até dia 14 de abril esses conselhos tenham participado desse momento de elaboração. E também a relação aí das obras em andamento para compor aquele anexo que eu citei das obras em andamento. E até o dia 29, que é uma sexta-feira, a gente tem que estar entregando a LDO aqui na Câmara. Então, do dia 14 até o dia 29, a gente tem ainda uns feriados aqui para o meio, é o nosso prazo de consolidação dessas peças, dessa peça de planejamento, tramitação, junto ao prefeito municipal, para apresentar ao departamento jurídico para análise das questões técnicas, jurídicas, e fazer a entrega aqui na Câmara. Então, é por isso que o prazo tem que ser cumprido rigorosamente. Então, isso aqui eram os dados mais técnicos de como essa LDO é elaborada. A gente ainda não tem as metas, não tem os indicadores, porque a gente está no momento de elaboração, então não dá para falar ainda de nada, nós estamos aqui para acolher essas sugestões e para qualquer esclarecimento. **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Obrigado, Fabiana, pela apresentação. Eu quero agradecer a presença do vereador Lucão Fernandes, a presença do vereador Robertinho Mori Roda e todos os colaboradores que estão aqui conosco participando desta audiência. Quero cumprimentar o secretário Panone e também o Bill Moreira, que dirige, na verdade, a Secretaria Municipal de Planejamento, entendendo da importância que esses instrumentos democráticos de participação popular também podem contribuir com a



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

elaboração da LDO. Nós vivemos isso ano passado, uma série de sugestões foram apresentadas, e eu vejo que é um caminho importante de democratizar a gestão pública. Então, eu quero... Bill, leva os nossos cumprimentos ao secretário Panone, e esperamos aí continuar avançando. Eu quero consultar os senhores vereadores que queiram fazer uso da palavra, perguntando, de repente têm alguma dúvida. Vereador Lucão Fernandes? Você está esperando alguma coisa, né?

VEREADOR LUCÃO FERNANDES: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO: É, deixa eu perguntar... Você quer que a Cidinha...

Ah, tá, já está chegando aqui a informação do Lucão. Então, vamos manter aqui. A Cidinha...

Deseja fazer uso da palavra, Cidinha? Depois, né? Tá. Então, eu vou passar a palavra para o

Lucão, na sequência eu passo para a senhora. Robertinho? Robertinho, ainda não. Então, o

senhor tem a palavra, Lucão. **VEREADOR LUCÃO FERNANDES:** Muito bom dia, nobre

presidente, vereador Roselei Françoso. Cumprimentar o meu colega de Câmara Municipal,

grande parlamentar dessa Câmara, o vereador Robertinho Mori Roda. **SR. PRESIDENTE**

ROSELEI FRANÇOSO: A Cidinha também está conosco. **VEREADOR LUCÃO**

FERNANDES: A Cidinha também está on-line. Não sei se tem mais colegas vereadores aí

participando. Meu bom dia a eles também. Cumprimentar o nosso amigo Bill, chefe de gabinete

da secretaria; Fabiana, amiga dessa Casa, diretora do departamento, também, de orçamento;

Carlos-- **ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Da Secretaria de Planejamento. **VEREADOR**

LUCÃO FERNANDES: Secretaria de Planejamento; nossa Dani Favoretto, amizade que fala,

né, doutora, poder falar Dani, nossa amiga, nossa companheira de trabalho, nossa secretária de

Trabalho, Emprego e Renda; Cláudia Regina, diretora do departamento de projetos urbanos,

representando aqui o nosso secretário de Habitação, o Will; Ana Paula, controladora interna da

Prohab, é isso? Não te conhecia. **SRA. ANA PAULA:** Dez anos. **VEREADOR LUCÃO**

FERNANDES: Puxa vida, dez anos lá? Parabéns. É servidora de carreira? Muito bem. **SRA.**

ANA PAULA: [pronunciamento fora do microfone]. **VEREADOR LUCÃO FERNANDES:**

Muito me agrada. Nada contra os que não são de carreira, mas fico feliz quando encontro um

colega servidor, que eu também fui por 35 anos. E também o Negretto, diretor financeiro, a gente

já conhece há algum tempo. Também cumprimentar o nosso nobre colega vereador, que pela

primeira vez também está fazendo parte, né, Djalma, desse parlamento, tem acrescentado

bastante coisa nas discussões, nos debates. Acrescenta muito. Sr. Presidente, aproveitando até

aqui a Fabiana, aproveitando o Bill, eu julgo uma grande conquista que essa Câmara obteve no

final do ano passado quando a Comissão de Saúde, eu, vereadora Cidinha do Oncológico,

vereador Sérgio Rocha, que representa a totalidade dos vereadores... Nós representamos os

vereadores naquele momento. A comissão, ela representa. Não é todo mundo que pode fazer

parte de uma comissão, são três membros. Então, a gente escolhe, cada comissão, três membros

para representar os demais vereadores. Então, eu tenho uma incumbência de trabalhar nessa

pasta da saúde e represento os vereadores. Isso nada impede da atuação desses parlamentares

também de estarem inseridos em todo o setor da saúde, procurando saber, buscando informações,

acrescentando mais coisas, que é muito importante, na Secretaria de Saúde. Mas de qualquer

forma, tem os representantes legais, que até assinam os processos que vêm aqui, que passam

pelas comissões e que depois são encaminhados para o presidente, para colocar na Pauta. E nós

estivemos reunidos, Fabiana, você esteve lá, o Bill, com o secretário Panone, com o Dr. Edson

Fermiano, o prefeito deliberou essa incumbência a vocês, de sentar com a Comissão de Saúde,

que nós, naquele momento, representávamos a Câmara Municipal, da possibilidade de a gente

conquistar valores para cirurgias eletivas. Nós ainda estamos em um tempo difícil da pandemia,

ela deu uma diminuída, mas de qualquer forma, ela está por aí. Assusta ainda. A gente percebe

nos noticiários pessoas ainda... se eu não me engano, não sei se foi Ibaté ou São Carlos, parece



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

que teve uma pessoa que faleceu. Então, ela ainda está ceifando vidas, e os nossos olhos precisa continuar voltado para isso. Mas com a redução de tudo isso, voltou o impacto das cirurgias eletivas, que foi se avolumando, foi crescendo, os hospitais tiveram que parar para fazer o atendimento do covid. E nós tivemos lá uma tarde, que eu poderia dizer, importante, onde não faltou esforços da prefeitura, da equipe do departamento de planejamento da prefeitura, chefiada pelo secretário Panone, a Fabiana, o Bill, Dr. Edson delegou, não participou com a gente, mas delegou poderes para vocês, prefeito também delegou esse poder, para que nós mergulhássemos naquela tarde no orçamento da prefeitura, muito bem distribuído, diga-se de passagem, que eu quero cumprimentar aqui você mais uma vez, Fabiana, e toda a equipe que participou de tudo isso, o orçamento todo já direcionado, Robertinho, mas ficaram ali uma tarde buscando de que forma a gente poderia buscar... encontrar recursos para separar para as cirurgias eletivas, e nós conseguimos, vereador Roselei, quase R\$ 2 milhões, que está sendo muito importante, um valor significativo, onde eu acredito que daqui um mês, Bill, nós teremos aí os mutirões de cirurgias eletivas. Uma grande conquista também que eu parabeno a prefeitura, toda a equipe técnica, é que nós avançamos também no contrato... de contratualização da prefeitura. Nós saímos, parece, de 105 para 190 cirurgias/mês das eletivas, e também o HU parece que cem cirurgias. Então, com esse aumento e com essas cirurgias de mutirões conquistadas com valores nesse conjunto da Câmara com a prefeitura e também de vereadores - o vereador Elton me parece que R\$ 1,5 milhão, né, R\$ 1,5 milhão, conseguiu, R\$ 500,00 já liberado e mais R\$ 1 milhão, que em breve serão liberados -, nós também conseguimos junto a dois deputados, Carlos César e Jefferson Campos, R\$ 400 mil. E tudo isso está sendo inserido para fazer esses mutirões, para a gente acelerar essa fila, para a gente recuperar esse tempo perdido, que muitas pessoas estão aguardando, e o povo está sofrendo aguardando essas cirurgias eletivas. Então, a minha pergunta para o planejamento é se existe a possibilidade de a gente já começar se planejar nessa possibilidade, de vocês já irem talvez separando recursos para que não deixemos novamente para a última hora, para a gente debruçar de novo em cima do orçamento para buscar um recurso para cirurgias eletivas. Se existe a possibilidade de já ir estudando essa possibilidade de vocês separarem um valor, já inserirem no orçamento do município para que a gente possa ter esse gás a mais para as cirurgias eletivas. A gente não sabe como vai estar no final do ano. Pode ser que a gente avance muito nessa questão com os recursos que estão chegando, mas quem sabe essa possibilidade de já se planejar isso, né, e aí, quem sabe, depois a conclusão no orçamento municipal. Seria, assim, muito importante para a população, uma vez que a gente percebe a grande preocupação do prefeito municipal com a saúde também da sua população. É isso, meu caro presidente, a minha colocação na manhã de hoje, a minha participação nessa audiência. **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Obrigado, vereador Lucão Fernandes. Vereadora Cidinha tinha solicitado para fazer uso da palavra. A senhora tem a palavra pelo tempo que for necessário. **VEREADORA CIDINHA DO ONCOLÓGICO:** Eu não vou usar a palavra, não, Roselei. Eu falei que eu estava contemplada com o que foi exposto aí já, tá bom? **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Perfeito. Eu entendi que ela não fará uso da palavra, é isso? Eu ouvi... Estava muito ruim o som, mas eu entendi isso. Vereador Djalma Nery, o senhor quer fazer uso da palavra? **VEREADOR DJALMA NERY:** [pronunciamento fora do microfone]. **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Então, vereador, por favor, lá na Tribuna. **VEREADOR DJALMA NERY:** Bom dia a todos e todas, presidente Roselei Françoso, vereador Robertinho, vereador Lucão, pessoal das secretarias, prefeitura, população que nos acompanha em casa. Esse é um momento muito importante para a vida pública do município, e eu fico muito feliz, e saúdo a Prefeitura de São Carlos ao convocar a população a participar desse processo. Eu acabei de ver aqui que, no cronograma, até dia 10 de abril, salvo



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

engano, está aberto um período de participação da população para a elaboração da LDO. Então, eu queria primeiro fazer esse convite para a população de São Carlos, que todos e todas que tiverem condições, por favor, não deixem de acessar os canais digitais da prefeitura para, de fato, colaborar com essa peça orçamentária importante para o município. Acho que uma das principais, se não a principal, função dessa Casa e da relação entre Executivo e Legislativo é garantir peças orçamentárias afinadas com as demandas da população: PPA, LDO e LOA. E a LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, é o elo de ligação entre esse planejamento estratégico de quatro anos, composto pelo PPA, e o planejamento operacional, que é a Lei Orçamentária Anual. Então, nós estamos no meio de um processo, né, tem um começo, um meio e um fim, nós estamos no meio de um processo, por isso que esse momento é muito importante. Então, falando especificamente sobre algumas demandas que eu acho que devem... e gostaria que nós olhássemos com muito carinho para elas: nós temos algumas dificuldades hoje no município de São Carlos no que diz respeito, por exemplo, à contratação de servidores em várias áreas. A gente sabe que a LDO tem que... um dos itens que acompanha a Lei de Diretrizes Orçamentárias é o anexo de metas fiscais e o anexo de riscos fiscais, e São Carlos hoje, felizmente, tem uma situação relativamente confortável em termos de finanças públicas. Isso é bom, né? Nós temos aí um limite de despesa com pessoal que está bem abaixo do chamado limite prudencial. Hoje, salvo engano, está na casa dos 41%, 42%, pelo menos pelo que eu vi no último relatório de gestão fiscal. Claro que ainda tem que se somar a recomposição salarial dos servidores, que vai alterar esse número, mas ainda assim existe um espaço fiscal importante. Em todas as áreas, e sem exceção mesmo, na saúde, na educação, na segurança pública, nós precisamos de servidores públicos prestando serviços para a população. A nossa cidade vizinha, Araraquara, o número de servidores públicos é muito maior, uma cidade com o mesmo porte, basicamente, né? Nós temos quase... quase não, um pouco mais de 5 mil servidores ativos hoje na Prefeitura de Araraquara, né? Aqui, salvo engano, a gente está falando de 4,2 mil, 4,3 mil servidores ativos na Prefeitura de São Carlos hoje. Então, é uma diferença grande. E, de fato, isso faz falta na ponta, né, quando, por exemplo, a Guarda Municipal não consegue fazer rondas nos prédios públicos, garantir a segurança do patrimônio público, quando nós temos uma fila grande nas unidades de saúde, 126 cargos vagos de médicos no município. Tudo isso é porque, de fato, falta pessoal para a prefeitura, e não falta, felizmente, até o momento, não falta recurso e nem espaço fiscal para isso. Então... Educação também, né, nós temos uma falta grande de auxiliares administrativos nas unidades, diretores e diretoras adjuntos, professores. Enfim, a lista é longa. E como a gente está em um momento de estabelecer metas e prioridades, e a LDO é sobre isso, é estabelecer metas e prioridades, eu acho que a gestão como um todo, Executivo, Legislativo, e a população também deve demandar isso, que o Executivo olhe com muito carinho para isso, tá? Uma outra área que eu gostaria de destacar, presidente... O senhor sabe, a população talvez saiba, que eu sou presidente da Comissão de Meio Ambiente aqui dessa Casa, com muito orgulho, a qual eu componho junto com o vereador Robertinho, com a vereadora Neusa, e o meio ambiente é uma área que, de fato, está precisando de muito investimento, né? E às vezes a gente não tem a dimensão da importância disso. Eu vou dar um exemplo do saneamento básico, tá? Tem uma pesquisa de que para cada R\$ 1,00 investido em saneamento básico, se economiza R\$ 4,00 na área da saúde, porque quando você tem uma população com saneamento básico adequado, você evita uma série de doenças, de enfermidades, de problemas, que não vão existir-- **ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone]. **VEREADOR DJALMA NERY:** É a prevenção. Então, assim, nós estivemos há uns 15 dias atrás fiscalizando diversos pontos de vazamento de esgoto direto no Córrego Água Quente, na região sul de São Carlos, e é um córrego que está realmente com muitos problemas ambientais, é muito esgoto indo direto



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

para o córrego. Nós acionamos o pessoal de Ares PCJ, que é a agência reguladora que acompanha o Saae aqui, eles vieram, ajudaram na fiscalização, o pessoal do Saae esteve junto, encontramos vários pontos de vazamento, tem elevatórias quebradas que, por não estarem funcionando, estão jogando todo o esgoto 'in natura' no Córrego Água Quente. Isso é um problema gravíssimo para a fauna, para a flora, para a população. Precisamos de investimento não só para garantir o meio ambiente, mas para garantir a saúde da população, né? Então, assim, eu queria muito chamar atenção para isso, né? A questão da deposição irregular de resíduos nós estamos vendo em vários pontos da cidade, pessoal, à luz do dia... caminhões de empresa inclusive na beira dos córregos chegam lá, descarregam toneladas e toneladas, não tem fiscalização, não tem sanção, não tem multa, até porque falta pessoal para ir lá fiscalizar. Então, é um ciclo vicioso. Então, gostaria de chamar a atenção para a importância desse investimento na área do meio ambiente. Sexta-feira, eu, o vereador Robertinho e a vereadora Neusa combinamos uma visita à estação de tratamento de esgoto ali no Água Fria, do Saae, para acompanhar isso também. São Carlos já foi uma referência nacional nessa questão de tratamento de água, temos um privilégio ambiental aqui, nós somos uma cidade que está na cabeceira aqui do montante do Ribeirão Feijão, onde a gente capta boa parte da água que abastece o município, então nós temos um privilégio muito grande, e é importante aproveitar esse privilégio com políticas públicas adequadas, que deixem de poluir córregos importantes do município e que vão se reverter em benefício para a população. Então, eu gostaria muito, presidente, de ver uma Lei de Diretrizes Orçamentárias afinada com essas demandas, e eu tenho certeza que a população de São Carlos também tem esse anseio, tá bom? Muito obrigado, presidente. **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Vereador Djalma, eu que agradeço vossa contribuição. Vereador Robertinho Mori Roda fará uso da palavra também. **VEREADOR ROBERTINHO MORI:** Sr. Presidente Roselei, colega Djalma, vereador Lucão. **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** O senhor pode fazer uso da palavra. **VEREADOR ROBERTINHO MORI:** Obrigado. Eu nem faria uso, mas cumprimentar os colegas pelas sugestões, enaltecer o trabalho da secretaria em nome do secretário, em nome do Bill, da Fabiana, o trabalho de excelência que sempre tem feito juntamente. A exemplo... Eu acho que é muito pertinente toda a ideia passada pelos colegas. Nós temos também uma defasagem muito em relação ao atendimento às pessoas especiais. Nós temos uma fila muito grande em relação ao atendimento aos autistas. Quando nós temos as crianças, onde nós não temos onde deixar, e precisamos de creche, essas crianças, elas em breve estão crescendo, e a gente teria condições de ter a nossa vida tranquila. É muito diferente, o Lucão sabe o que eu estou falando, quem tem um anjo, quem tem uma pessoa especial na sua família. Então, eu acho que... Em um planejamento que a gente pudesse ter um investimento maior não só com todo os tipos de deficiências, mas em especial o autista, que a gente vem... Eu saí agora, eu cheguei atrasado, inclusive eu peço desculpas, que eu estava lá ensaiando... Eu faço um trabalho lá juntamente com a banda da Apae, estava lá ensaiando, depois dessa pandemia, o segundo ensaio que a gente volta leve pela satisfação de rever todo aquele pessoal. Então, a gente vê que existem algumas filas, Djalma, que vão ser atendidos daqui a dois, três anos. Isso aí é muito grave para o nosso município, a gente vê que não é só o nosso município, mas uma atenção especial juntamente à educação, onde pudesse... A gente já avançou bastante, são mais cem autistas sendo atendidos a partir agora do que nós aprovamos ontem, inclusive, Lucão, são mais trinta e poucos autistas que vão ser atendidos na Acorde e mais 66, se eu não me engano, que vão ser atendidos lá na Apae de São Carlos, mas ainda deixa alguém, né? A gente precisaria de um investimento. Mas eu venho principalmente para parabenizá-lo, todo esse trabalho e essa participação popular, que eu faço o mesmo apelo, para que todos pudessem estar participando de forma a contribuir, que a gente sabe que o objetivo é esse. Parabenizar mais uma vez, e gostaria



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

que esse apelo fosse considerado junto à educação. Obrigado. **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Obrigado, vereador Robertinho. Pois não, vereador Lucão. **VEREADOR LUCÃO FERNANDES:** Sr. Presidente, eu não poderia deixar de aproveitar essa oportunidade, de enaltecer o nobre vereador Robertinho Mori, que está nessa Casa aqui já de algum tempo, e é uma bandeira que ele tem defendido com muito amor, com muito carinho. Ele desenvolve esse trabalho na Apae não é de agora, há muitos anos que vem à frente. **VEREADOR ROBERTINHO MORI:** São 30 anos. **VEREADOR LUCÃO FERNANDES:** São 30 anos, né? Então, você vê, 30 anos ali se dedicando a essa grande instituição, é um grande parceiro também da Acorde. Enfim, é um parlamentar que tem sido muito atuante em todas as questões que a cidade apresenta para ele, mas principalmente nessa questão das crianças que têm algum tipo de deficiência, que estão inseridas em alguma instituição. Ele é uma um grande parlamentar dessa Casa que tem, de fato, tirado da sua cintura essa espada e tem defendido essas crianças, essas famílias, que precisam, e muito. Só quem tem uma criança autista é que sabe da necessidade, Djalma, do apoio do poder público. Então, é muito oportuna a participação do nobre vereador nessa audiência, colocando, sim, na cabeça dessas pessoas que vão começar a fazer esse planejamento de, quem sabe, a gente avançar um pouco mais nessa questão dessas crianças que têm autismo. Então, parabéns, vereador. Não podia deixar... né, Djalma? É uma coisa muito importante, porque a gente sabe da necessidade. E tantas outras coisas, né, Djalma, que a gente precisa e que o planejamento precisa estar com o olhar voltado para a gente avançar no próximo orçamento, do ano que vem. E também dando um bom dia para o nosso companheiro de Câmara, o vereador Dé Alvim. **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Obrigado, vereador Lucão. Quero também registrar a presença do nosso parceiro de Câmara aqui, o vereador Dé Alvim, e desde já passar a palavra ao vereador Dé Alvim, para que ele possa fazer a sua consideração. **VEREADOR DÉ ALVIM:** Sr. Presidente, vereador Lucão, vereador Djalma, vereador Robertinho. Quero cumprimentar aqui o coronel Negretto, representando a Prohab; a Dani, secretária do Trabalho, Emprego e Renda; os representantes da sociedade aqui também junto conosco. **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Os on-line também. **VEREADOR DÉ ALVIM:** Os on-line, os vereadores... Cidinha parece que eu vi aí. Tem vários vereadores on-line, né? **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Secretários. **VEREADOR DÉ ALVIM:** Secretários on-line. Cumprimentar o Bill e a Fabiana. Eu acho que... Muito importante. Eu estava olhando aqui a fala do vereador Djalma, do investimento de cada R\$ 1,00 no saneamento se economiza R\$ 4,00 na área da saúde. Muito importante, viu, Djalma, a sua colocação. Ouvei o Robertinho falando... Isso que mostra o que é um governo democrático, Sr. Presidente. Quando você cria a participação popular, a população participar do orçamento, da LDO, é muito importante, viu, Djalma, porque, você vê, hoje algumas entidades já têm a parceria com a prefeitura, mas nada impede de elas também participarem, darem a sua opinião. E isso depois vem para que nós possamos apreciar em uma Audiência Pública também aqui na Câmara Municipal. Então, eu quero cumprimentar o seu trabalho, Bill, o trabalho da Fabiana, o trabalho das secretarias envolvidas, do secretário. Eu acho que quando você abre um canal para a população participar, para a população opinar... Isso fica aberto até quando, Bill? **SR. EDUARDO BILL MOREIRA:** Até dia 10 no site. **VEREADOR DÉ ALVIM:** Até dia 10 no site? Então, eu queria fazer um apelo para a população participar, para a população opinar, está aberto até o dia 10 no site, que é muito importante a participação popular. Nós que defendemos, sempre defendemos... Você vê, é mais ou menos um orçamento participativo, que já existiu na cidade de São Carlos na época do prefeito Newton Lima. A população decidia, ia lá no bairro... Agora, não, agora é on-line. A população vai poder participar, vereador Roselei, presidente. Então, eu quero aqui cumprimentar Vossa Excelência, viu, presidente, por essa parceria da



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

Câmara e governo municipal de abrir esse diálogo, este canal, e cumprimentar todos os secretários que estão aí envolvidos, porque isso é muito importante, a população popular, Bill. Eu sei que não é fácil, é um trabalho árduo, vocês fazem um estudo muito grande. E eu quero fazer um apelo também para as entidades participarem, porque nós sabemos a dificuldade que tem, vir aqui, bate na porta de cada gabinete, de cada vereador, pede emenda... Não é fácil, porque o vereador, se ele for atender todas as entidades que vêm no seu gabinete, também ele não consegue. Por quê? São muitas entidades que prestam um serviço brilhante na cidade de São Carlos que precisam de ajuda, vereador Robertinho. Então, é muito importante a participação das entidades também, para que eles possam se inscrever, para que eles possam ajudar nesse orçamento. Então, Sr. Presidente, era isso. Eu quero cumprimentar o governo. É um governo democrático, e isso é muito importante. **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Obrigado, vereador Dé Alvim. Eu consulto o público presente que queira fazer uso da palavra. Não? Também consulto os participantes que estão on-line que queiram fazer uso da palavra. Estão abertas as inscrições. Prof. Tundisi está se inscrevendo. Passo a palavra ao Prof. Tundisi, para que ele possa fazer as suas considerações. **SR. JOSÉ GALIZIA TUNDISI:** Bom dia, Sr. Presidente. Eu queria cumprimentar os demais secretários aqui presentes. Estou vendo Prof. Helena, Bill, Fabiana. Queria cumprimentar todos os vereadores. Sem dúvida nenhuma, como salientou o vereador Dé Alvim, é extremamente importante essa abertura para que a população possa contribuir, o orçamento é sempre muito importante, porque ele define os investimentos necessários para que possamos avançar nos nossos projetos. E eu queria chamar a atenção... Me chamou muito a atenção o pronunciamento do vereador Robertinho Mori, porque nós estamos fazendo, e eu gostaria de adiantar à Câmara Municipal, eu estou fazendo um projeto em conjunto com a Secretaria da Deficiência, a Secretaria de Assistência Social, a Secretaria de Emprego e Renda, a Prohab, a Secretaria de Educação e a Secretaria da Cidadania, e a Juventude, para que nós pudéssemos montar um projeto e avaliar quais são as vulnerabilidades que existem em São Carlos. Isso é muito importante, Srs. Vereadores. São Carlos tem 250 mil habitantes. A minha pergunta, que eu faço, como secretário, como pesquisador e como cidadão, é a seguinte: qual é a população vulnerável de São Carlos? Em que consiste essa população? Qual é a vulnerabilidade? É alimento? É educação? É mobilidade? É saúde? É emprego? Enfim, nós vamos fazer um levantamento completo. E eu gostaria de apresentar esse projeto... tornar oportunidade para a Câmara. Nós vamos incluir no orçamento com o apoio do Fundo de Ciência e Tecnologia para esse projeto, e temos outros projetos, naturalmente, mas esse eu reputo, é um projeto muito importante, porque ao final da avaliação dessas vulnerabilidades nós vamos ter qual é o cronograma necessário para diminuir essas vulnerabilidades e as desigualdades sociais, quais são os instrumentos que nós vamos usar para diminuir essas desigualdades sociais, quanto vai custar isso e, naturalmente, o cronograma. Então, queria pôr essa observação aos eméritos membros da Câmara Municipal e à população. Naturalmente, as universidades vão participar desse projeto também. E eu queria também chamar a atenção, Srs. Vereadores, e fazer uma proposta aqui para pensar e, se for possível, nesse orçamento, o seguinte: se o município de São Carlos e a Câmara Municipal tomarem a decisão conjunta, Poder Executivo e Legislativo, de destinar 1% do orçamento do município ao Fundo de Desenvolvimento Sustentável, nós podemos ter, ao longo de vários anos, um investimento muito importante, que vai atuar na adaptação às mudanças climáticas, no combate às enchentes, nas questões de capacitação de técnicos para o desenvolvimento sustentável, na melhoria da educação, especialmente a educação técnica. Ou seja, é uma proposta que eu faço e deixo para que seja pensada a possibilidade de avançar e promover um Fundo de Desenvolvimento Sustentável com 0,5% ou 1% do orçamento do município, que é um volume de recurso que permite uma ação anual extremamente importante e



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

que vai resolvendo problemas do desenvolvimento sustentável. São Carlos seria o primeiro município do Brasil a propor um Fundo de Desenvolvimento Sustentável. Eu chamo atenção dessa proposta, especialmente para os membros do Conselho do Meio Ambiente, com o qual eu tenho tido uma discussão bastante produtiva e de bastante interesse para o município e de bastante resultados, inclusive. De modo que eu deixo aqui essa proposta para que a Câmara Municipal possa pensar nesse projeto. Esse fundo seria gerido por uma comissão especial de vereadores, especialistas, que vai fazer a avaliação de cada projeto por meritocracia e aí destinar os recursos para que se possa avançar na direção do desenvolvimento sustentável. Um ponto fundamental desse projeto é que R\$ 10 milhões, que seria 1% do Fundo do Desenvolvimento Sustentável, na minha opinião, é um volume de recursos extremamente importante, que vai avançar muitos esses projetos na prefeitura. Ele tem que ser gerido por um sistema especial, para que faça com que as ações sejam rapidamente executadas, e o dinheiro ter uma renda bastante grande em investimentos. Mas deixo aqui a proposta, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, para que se possa pensar nessa possibilidade e, evidentemente, é um projeto para gerações futuras, sem dúvida nenhuma. E eu gostaria de dizer que na nossa secretaria estamos cada vez mais interessados em projetos que vão desenvolver uma melhor infraestrutura para a população de São Carlos, para melhor qualidade de vida, mais educação, mais saúde, melhor mobilidade urbana e mais geração de emprego e renda. Muito obrigado. **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Obrigado, Prof. Tundisi, pela colaboração e pela parceria e também pela disponibilidade de conseguir, de se colocar à disposição de nos ajudar, de nos auxiliar sempre com vistas a questão do meio ambiente e da sustentabilidade, além do desenvolvimento econômico. Passo a palavra agora à secretária Helena Antunes. **SRA. HELENA ANTUNES:** Boa tarde a todos. Bom dia, desculpe. Bom dia a todos. Eu só gostaria de fazer uma pequena manifestação para esclarecer alguns pontos colocados aí pelo vereador Djalma. Eu gostaria de acrescentar... não acrescentar, mas é o seguinte, eu concordo plenamente com o que o vereador Djalma se manifestou aí com relação a servidor público. O setor público que era o município, estado, país, União, as universidades, as empresas públicas etc., elas precisam ter um corpo técnico dimensionado corretamente, capacitado e competente. Então, eu concordo realmente que a sociedade, ela paga seus impostos, e esses impostos devem retornar de diversas formas. E uma das formas, que é o que diz respeito aí ao que eu vou falar, né? É um conjunto de servidores públicos bem dimensionados em questão numérica e competência. Então, dito isso, assim, pessoalmente que eu quis fazer essa manifestação. E dito isso, agora eu gostaria de falar como secretária com relação à secretaria pela qual eu estou atualmente responsável, que é a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas. Nós temos nos empenhado de todas as formas possíveis para a melhor maneira possível atender essas questões todas. Quem conhece a secretaria que eu entrei em 2013 e conhece agora pode verificar essas questões aí que eu estou falando, que é de respeito maior pelo servidor, valorizar, melhorar o serviço e tudo mais. Então fica essa questão aí, eu acho que eu gostaria de me manifestar com a fala do vereador Djalma, que é a seguinte. Eu não defino, a secretaria pela qual eu sou responsável não define orçamento, nem define recursos financeiros para a contratação de servidores. O que nós temos feito é levantamentos, mostrando custos, mostrando o que significa isso e fazendo o melhor possível para prover a prefeitura de servidores para atender a sociedade. Ocasionalmente agora, em dois anos, 2020 e 2021, nós tivemos uma questão complicada de saúde pública, que foi a pandemia, que foram impedidos todos os concursos públicos e foram impedidas todas as contratações e aumento de demanda. No entanto, se os senhores lerem o Diário Oficial, acompanharem tudo o que acontece, nós não deixamos de convocar servidores para reposição das vagas que foram liberadas, ou por aposentadoria, ou por pedido de demissão, ou por qualquer outro motivo. Então mantivemos. O



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

Diário Oficial, vocês podem verificar, quase que semanalmente nesses dois anos, convocando que contratasse servidores para... convocando pessoas que foram habilitadas em concurso público para poder começar a sua atuação na prefeitura. Em particular, apesar da área de educação... A educação estivesse on-line, não paramos de convocar servidores, não paramos em nenhum momento de contratar professor, de aditar professores e tudo mais. Esses dados todos eu até vou fazer um levantamento bastante detalhado de todos esses dois anos, de tudo que aconteceu e vou aí mostrar para o vereador Djalma, para que ele possa ficar tranquilo, em termos de que o trabalho está sendo feito, outras questões existem, né? Então, agora no início de março, até com a presença do presidente da Câmara, o vereador Roselei Françoso, com a presença de alguns vereadores, com a presença de alguns pais de alunos, e aí eu me dirigi àqueles que acho que foi o Robertinho aí, que tem a preocupação com a Educação Especial, que também é nossa preocupação. Estivemos lá, conversamos bastante, mostramos que estavam sendo feitas as contratações temporárias por questões decisões judiciais e que já tinham sido autorizadas as contratações efetivas e que nós... Aliás, naquele dia, nós nos reunimos, e eu já havia até encaminhado para o Diário Oficial convocação para a contratação de 16 professores de Educação Especial. Então, só para que fique claro as questões como elas às vezes acontecem e não é nem problema do Executivo, não é nem problema de decisões de análise de contratações. Nós tínhamos naquele momento um concurso público válido para professor de Educação Especial, com aproximadamente cerca de 30 pessoas habilitadas. Convocamos 16 para assumir imediatamente, efetivos, não temporários. Desses 16, 10 não quiseram assumir o emprego de professor de Educação Especial na prefeitura. Portanto, conseguimos contratar somente seis. Convocamos novamente mais dez e estamos aguardando, porque tem um prazo aí para as pessoas comparecerem. Então é isso que em geral ocorre. Com relação a médicos, fizemos diversos concursos públicos. Todos os concursos públicos, todos os médicos que foram habilitados, que a Secretaria de Saúde solicitou, nós contratamos. Em geral, às vezes não são muitos os médicos que participam de concurso público na prefeitura. Tem um problema à parte aí que até já foi discutido no Ministério Público, que esses contratos que existem de terceirização aí, que atualmente acho que existe até um hoje de cerca de R\$ 5 milhões, ele inviabiliza um pouco a contratação de médico efetivo. Porque é muito melhor você trabalhar no dia que essas empresas chamam do que fazer parte do quadro de um setor público, que você tem outras obrigações que não seja só comparecer no dia que você pode. Então, as áreas mais sensíveis são essas. Questão de médicos, a questão de alguns tipos de professores na educação. E outra coisa, olhem no Diário Oficial nesse ano quantos professores nós contratamos. Olhem no Diário Oficial do ano passado quantos foram contratados. E não sei no Diário Oficial, mas temos nos nossos arquivos autorizados evidentemente, devidamente autorizados pelo prefeito, quase 400 professores que nós aditamos horários no contrato de trabalho. Só na Educação Física agora foram mais de 40 professores, nós dobramos a carga horária. Então talvez muitas dessas questões aí não apareçam publicamente, são só as reclamações, mas não há por parte da Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas qualquer atitude que seja contrária a que tenha um quadro adequado de servidores públicos. Solicitamos recentemente que todas as secretarias se manifestassem com as suas necessidades, já que agora no início do ano de 2022 é possível abrir concurso público, é possível fazer contratações. E recebemos um número que eu apresentei na reunião dos secretários de uma solicitação de contratação de quase 900 servidores. Não há problemas, basta ter autorização que acredito que faço o concurso agora. O contrato já está lá na Secretaria de Planejamento para ser assinado pela empresa que nós contratamos para fazer concurso. E basta a sinalização do Planejamento e da Fazenda que nós podemos contratar as 900 pessoas rapidamente. Isso vai custar da ordem de R\$ 70 a R\$ 80 milhões, e a gente não vai se



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

opor assim de forma nenhuma, desde que os recursos sejam alocados na Secretaria de Gestão de Pessoas para essas contratações. Uma outra manifestação aí do vereador, dos 41% que fechou o ano em 2021. Realmente, foi 41%, só que esse comprometimento é fictício, porque nós tivemos o entendimento de uma série de atos que durante o ano de 2021 não puderam ser colocados em folha de pagamento e que agora retorna. Então são essas as questões que precisam ser avaliadas. Não falar em 41%, mas podemos falar em um número a mais, podemos até saber quanto que ele seria se isso não teria acontecido. E todos precisam entender que contratação efetiva de professor... Desculpa, de servidores, não é uma contratação para o ano em curso, é uma contratação para pelo menos 30 anos para frente. Então também acho que é preciso de uma certa prudência. Por outro lado, os números que aparecem no Diário Oficial de comprometimento com a folha de pagamento, é um comprometimento com a folha de pagamento que envolve prefeitura municipal, Saae, Pró-Memória, Fesc e Prohab. Então eu gostaria também que fossem explicitados em algum momento, não precisa ser nessa Audiência Pública, mas nós podemos sentar e verificar, posso estar enganada, mas o comprometimento de cada um desses órgãos aí é diferente daquele 41% que aparece lá. Prefeitura municipal, Fesc, Prohab e Pró-Memória, são computados em conjunto com o orçamento da prefeitura, e o Saae computado à parte com o orçamento do Saae. Se vocês olharem, comprometimento do Saae com a folha de pagamento é muito, muito, muito abaixo desse número e o comprometimento da prefeitura com seu orçamento é muito acima de número. Então, veja, quando nós vamos pagar a folha de pagamento, eu não pago com excesso de salário, mas com aquilo que a prefeitura, como administração direta, arrecada. Então, é o seguinte, é um jogo de uma porção de índice, de uma porção de análises, e às vezes isso não aparece em público, [ininteligível]. Mas é o seguinte, a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas é um órgão que não define prioridades no orçamento. Quem define é o Planejamento, ouvida a Fazenda com os recursos que tem disponíveis ou não. Se tiver, a gente, provavelmente, em dez, 15 dias, tem uma empresa para fazer concurso público e 900 pedidos, dá quase 70 milhões, podemos contratar. E nesse ano foi colocado 4 milhões para novas contratações. Então, vereador, eu trabalho com esses limites aí que eu coloquei para o senhor. Obrigada. **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Obrigada, Profa. Helena, pela contribuição, pelos esclarecimentos. E quero aproveitar a oportunidade, eu e a Professora Neusa, que estávamos lá, realmente procuramos a senhora uns 15 dias atrás junto com as mães, junto com a secretária municipal de Educação, para dar atenção para as mães de alunos com algum tipo de deficiência. E rapidamente nós tivemos a informação pelo próprio Diário Oficial desse comprometimento de contratação de novos profissionais para poder atender, a Profa. Helena estava explicando aqui, tanto o efetivo teve um número de pessoas que não se interessaram, mas ainda assim alguns se interessaram e também finalizou o processo seletivo agora, na última sexta-feira, e eles estão aí na fase de estar convocando os professores. A gente tem a informação que alguns já se apresentaram nas escolas. **VEREADOR ROBERTINHO MORI:** Peço uma questão de ordem. **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Questão de ordem solicitada pelo nobre vereador Robertinho Mori. **VEREADOR ROBERTINHO MORI:** Obrigada. Aproveitando a fala da Dra. Helena, parabenizar a fala também do Prof. Tundisi, e a importância de todos os secretários que estão participando. E eu queria saber, inclusive, se o secretário de Serviços Públicos está participando, porque em cima da minha fala agora seria diretamente aos Serviços Públicos. **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Olha, Robertinho, respondendo diretamente, eu não o vejo na plataforma on-line. Mas para não ser injusto, eu consulto se tem alguém na plataforma on-line representando a Secretaria Municipal de Serviços Públicos, secretário Mariel Olmo. Se tiver, eu peço a gentileza que se manifeste, até para a gente não ser injusto com... **VEREADOR ROBERTINHO MORI:** Sem dúvida. **SR. PRESIDENTE**



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

ROSELEI FRANÇOSO: A pasta. **VEREADOR ROBERTINHO MORI:** Bom, primeiramente, eu gostaria, a gente estava... essa preocupação da Dra. Helena, né? Se existe alguma publicação de abertura de concurso público para um tempo mais breve possível. Então, a gente tem aí, a gente vê o lixo que está a nossa cidade. Veio aqui recentemente fazer a explanação alguns secretários, a gente vê o número excessivo de obras sendo feitas na cidade de São Carlos, a gente vê o Airton realmente trabalhando. Eu vejo um investimento na cidade de São Carlos, eu vejo as parcerias, a valorização, como o Dé veio aqui falar, do terceiro setor, que é superimportante, é o qual ajuda e sustenta, o Bill sabe o que eu estou falando, sempre trabalhou diretamente nessa área. Mas eu vejo assim, a cidade é grande, mas existe agora ali no Salto do Monjolinho, a gente tem um novo empreendimento, que são mais, não sei se é 200, 500, 600 famílias, que vão contribuir, Djalma, com impostos. Então, se tiver uma praça ali, eu acho que tem no planejamento ser direcionado a alguém que possa estar fazendo essa manutenção. Daí a necessidade da participação dos Serviços Públicos. Porque nós não podemos ter, a exemplo da nossa casa, limpar nossa casa uma vez por mês. Ou eu tenho uma pessoa que vai lá uma vez por semana fazer uma limpeza e eu tenho também a contribuição de lavar minha louça, fazer, ou então eu sei que eu vou sujar amanhã também, eu vou deixar essa louça acumulada para o mês todo, que é o que está acontecendo na cidade de São Carlos. Agora deram uma podada ali, você não consegue subir o Viaduto 4 de Novembro, Antonio Massei. Aquelas árvores, aqueles galhos estão passando em cima da calçada, a sujeira que está o nosso município. Daí a participação então dos Serviços Públicos, no entendimento juntamente com a Dra. Helena, a necessidade de estar contratando aqueles profissionais, Lucão, que estavam nas praças públicas fazendo as suas limpezas. Estamos carentes desse pessoal, que é o mínimo, que é a higiene, que é a saúde, a limpeza pública. Então, eu tenho às vezes me desentendido em relação ao serviço público da cidade, um pouco, não muito pouco também, a falta de atendimento junto a este vereador. E outro pouco o relaxo, o relaxo, que está a nossa cidade em relação à limpeza, ao mato alto. Salvando, obviamente, aquele Jurandir Ferrante, aquele diretor abnegado, uma pessoa superatenciosa em relação a esse trabalho. Então, aproveitando a fala da Dra. Helena, se existe uma programação na contratação em um edital de concurso público para outras áreas obviamente, mas principalmente para os Serviços Públicos e para a área médica, que obviamente a gente teria que, se for o caso, valorizar o profissional, para que a gente tenha interesse deles estarem também servindo serviço público. Obrigado. **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Obrigado, Robertinho. **VEREADOR LUCÃO FERNANDES:** Eu também queria pedir permissão para uma questão de ordem, nobre presidente. **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Sim. **VEREADOR LUCÃO FERNANDES:** Primeiro, para pedir desculpas, eu acabei na minha fala esquecendo de uma pessoa que também participou junto com a Fabiana naquela tarde, na Secretaria de Planejamento, que foi o secretário da Fazenda, Mário Antunes, que foi fundamental a presença dele e ajudou também nessa grande conquista. Ficou com a gente lá o tempo todo, orientando, mostrando junto com a Fabiana. Então agradecer também o secretário de Planejamento. Existe, Sr. Presidente, uma preocupação muito grande. Hoje, por exemplo, a gente não sabe quem será o próximo secretário de Saúde aqui da cidade de São Carlos, se vai ser colocada como titular aquela que está... **ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone]. **VEREADOR LUCÃO FERNANDES:** Não, de Saúde, eu falei de Planejamento? De saúde, Bill, eu não sei então se estão conversando na prefeitura, para ver quem vai ser a pessoa que vai assumir essa importante pasta, não sei se vai ficar com a atual secretária que está interinamente. Mas por que essa preocupação? Porque, Djalma, a Comissão de Saúde solicitou do ex-secretário, praticamente quase na sua saída, a possibilidade de ele fazer um raio x do setor de saúde, de todas as nossas



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

Unidades Básicas de Saúde, das nossas USFs, das UPAS, enfim, todo o nosso setor de saúde, mostrando as necessidades de cada unidade. Por exemplo, vamos pegar o Santa Felícia, vai, a quantidade de clínico que está hoje é suficiente? Nós temos ginecologista? Auxiliar de enfermagem, como que está? Então, nós pedimos um raio x detalhado de cada unidade, não só nas Unidades Básicas de Saúde, Roberto, mas também as USFs, também das UPAS. Porque diante desse raio x poderia ser apresentado para a secretária de Gestão, da Helena, da D. Helena... Isso, isso, de Gestão de Pessoas, para que pudesse a partir daí ver de que forma que nós vamos suprir essa deficiência que nós temos hoje nas nossas Unidades Básicas de Saúde. Por que eu estou falando isso? Porque vocês se lembram que nós saímos daqui, pedimos permissão para os Srs. Vereadores e também para o presidente, para a gente sair um pouco antes e fomos para a UPA da Vila Prado. E lá, Djalma, olhando as fichas de atendimento das pessoas que estavam aguardando atendimento, 70% não era para estar lá. Deveria estar em uma Unidade Básica de Saúde, que não consegue consulta. Então eles vão para onde? Eles vão para as UPAS. Então, eu gostaria de saber da secretária se existe esse pensamento, essa organização de se fazer concurso público. Eu não sei qual é a outra ferramenta que poderia ser usada, mas se nós não pegarmos lá do primeiro atendimento, que seria as Unidades Básicas de Saúde, nós vamos ficar com esse problema. E esse problema já é antigo, não é de agora, mas a gente precisa começar a dar ponto final para essas questões que vêm trazendo transtorno há um longo tempo. E aí que a gente começa a fazer a diferença na passagem nossa não só no parlamento mas também como lá na prefeitura. Então, eu gostaria de saber. Nós vamos agora, se a que está interina ficar titular, nós vamos pedir para ela fazer, eu não sei se é diagnóstico, se é um raio x, como que fala e tudo isso, mas apresentar para a Comissão de Saúde para que a gente apresente para os Srs. Vereadores a realidade de cada unidade, e também apresentar para o prefeito, para o setor de planejamento para de que forma que nós vamos direcionar essa questão de falta de profissionais para atender a população da nossa cidade. Muito obrigado, Sr. Presidente. **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Obrigado, vereador Lucão. Profa. Helena está pedindo para responder essas duas questões, mas como, tanto o vereador Djalma quanto a Neusa, acho que o assunto está relacionado, eu vou passar a palavra primeiro para eles, doutora, porque assim a senhora já responde as possíveis dúvidas, tá? Então, a Professora Neusa está inscrita. Pode usar ali, Neusa. E na sequência já passa para o Djalma. A única coisa que eu vou pedir, se a gente puder ser mais sucinto na fala, porque eu preciso finalizar a audiência até meio-dia, e tem a Izaulina inscrita e o Mário também. **VEREADORA PROFESSORA NEUSA:** Bom dia a todos. Bom, a minha fala, dando continuidade ao que o meu querido amigo Lucão colocou, a uma situação de contratações em relação à saúde, eu acho que não é para já, é para ontem. O que eu andei observando, viu, presidente Roselei, Lucão, nessas 30 horas que eu passei na UPA, você me colocou assim, as pessoas tinham que estar 70% nas UBSs, postinho. O que acontece? Realmente, elas vão nesse sistema integrado de cadastro, se um postinho está lotado, aquela pessoa que atende lá, ela não pode ir no outro, porque ela está cadastrada lá, e eles têm um limite e não conseguem. A pessoa então ela tem que escolher o momento dela ficar doente porque aquele postinho vai atender tal hora. Eu acho isso um absurdo. Está lotado? Ela podia ser ligada, pode ter um momento que ela pode ser locada em outro que está vazio. O que eu observei nas UPAs, de final de semana? Elas me falavam: "Ah, esse encaminhamento tem que ser feito pela UBS, pelos postinhos". Gente, é absurdo. De sábado, os postinhos estão fechados. Então, você não pode ficar doente para pedir encaminhamento de sábado. Então, nós precisamos, e também outra observação que eu fiz, Roselei, muito importante, eu gostaria que vocês todos, inclusive a senhora, D. Helena, se pudesse um dia passar em uma UPA sem as pessoas identificarem a senhora, a senhora ia ter uma ideia do que acontece. É o seguinte, eu observei os sanitários, não são limpos, é uma vez



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

por dia, e é uma parte de saúde. Devia ter uma pessoa específica para limpar a cada duas horas o que eu vi em Ribeirão preto, quando eu visitei lá. A cada duas horas você via uma pessoa passando, limpando, higienizando, determina menos problema de saúde. Lá é um sistema de saúde. Aliás, nós precisamos ter uma pessoa, sabe, Bill, Fá, sabe o que a gente precisava? Uma pessoa para fiscalizar essa situação, porque só o diretor, a pessoa responsável, não está dando conta. Porque enquanto eu vi lá era o seguinte, o mesmo médico que atende, sem saber quem eu era, o mesmo médico que atende, ele faz o seguinte, ele pega as folhas que vieram da triagem, acho isso um absurdo isso, que ocorre no postinho, ele vai até lá fora e chama. Aí ele entra lá, as pessoas estão sentadas, ele coloca lá. As pessoas que têm que ir para o Cross, sabe quem tem que fazer? Esse mesmo médico tem que ir lá no sistema e fazer a anotação no Cross. Então o mesmo médico, ele tem que fazer três funções: chamar, atender e inscrever ele no Cross. Achei absurdo. Enquanto isso as pessoas estão morrendo do outro lado. Eu vi criança vomitando, eu vi criança com a perna estourada e sem atendimento, e é para passar as crianças lá, por quê? A triagem não dava conta ou saía. Não é minha função, bati na porta, não é minha função, a função é do médico. Espera aí, está ali, estão conversando, custa pegar as folhas e ir lá chamar? Porque eu vi, eu vi o médico chamando da salinha: "Oh, tal. Marilda". A gente olhava de um lado, olhava do outro, não tinha Marilda. "Elisângela". Chamava Elisângela, e não estava ali, o que eu entendi? Elas estavam do outro lado da parte onde estavam esperando ser chamadas. Então, o médico não dava tempo de sair da salinha, ir até lá, ele chamou da salinha. Então, o que eu vejo isso? Falta de organização, falta de pessoal, falta de pessoal, de monitoramento, de ver o que está acontecendo. Ah, não é assim. Você chega de primeiro, já arrumaram tudo direitinho a hora que vai. Não, tem que chegar uma hora sem ninguém saber, viu, Roselei? Porque eu acho que tem que ser respeitado os funcionários públicos, tem que ser pago certinho, mas tem que fazer com amor, porque as pessoas que estão ali, elas não foram porque elas estão querendo ir lá passear na UPA ou em uma UBS, eles estão doentes, estão com dor. Então, quem tem dinheirinho para pagar um particular, vai. Eu não consegui particular para minha filha, Roselei. Eu passei a noite, você viu o sufoco que eu estava, minha filha estava mal, eu não usei de ser vereadora para isso. Eu entrei lá, fiquei esperando, esperando. Era sorinho, vai para casa; sorinho, vai para casa. É isso que está nossa situação. A população que mais precisa. Educação então para especial, não são 500, são 800 e pouco, eu tive parte de uma pessoa que trabalha no AME e me falou: "Neusa, são mais do que 500, são 873 crianças especiais que estão... Muitas ficam em casa porque a mãe não tem como e precisamos mesmo de professor". Ah, uma observação, D. Helena, a senhora colocou que na pandemia os professores não deixaram de receber, eles não deixaram de trabalhar, trabalharam muito mais do que pessoalmente. Eles trabalharam, eles tinham que fazer monitoramento, manter o seu CPU, o seu computador específico para trabalhar as crianças, tinha que correr atrás das crianças, quer dizer, professores trabalharam mais e ganharam menos. Outra coisa que eu queria chamar sobre serviços públicos que o nosso querido Robertinho Mori. Ela colocou a presença do secretário [ininteligível], seria essencial todos os secretários estar presentes, ou tirar o 'traseirão' de onde estão, ir nos lugares e ver a situação como que está. Eu não culpo a situação de uma ou outra, mas eu culpo a situação que a cidade está vivendo, que é culpada a gestão, tá? A gestão. A cidade, sim, está falida na educação, falida na saúde, falida na limpeza. Eu não vou falar dos animais porque eu vou virar um demônio aqui, tá? Obrigada. **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Obrigada, Professora Neusa. Só para dar a resposta aqui para o vereador Robertinho Mori Roda e também a título de esclarecimento a Professora Neusa, o José Augusto Santana, que é o chefe de gabinete da Secretaria de Serviços Públicos, está acompanhando a sessão, tá? Então, só para... ele está representando a Secretaria de Serviço Público, peço até que ele observe a fala dos vereadores e leve ao Mariel, chamando a atenção aí



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

para a questão da limpeza urbana, tá bem, José Augusto? Muito obrigado aí pela manifestação. Agora o vereador Djalma Nery. **VEREADOR DJALMA NERY:** Presidente, aproveitando que nós estamos falando de funcionalismo público e que foi mencionado aqui o orçamento participativo... **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Djalma, posso só pedir uma licencinha. **VEREADOR DJALMA NERY:** Claro, pode. **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Eu estou com o pessoal da Acisc aguardando aqui na sala de presidência, então eu queria pedir ao Robertinho Mori, se ele pode me substituir aqui. Logo após a fala do vereador Djalma, para a secretária Helena e na sequência Izaulina e o Mário estão inscritos para fazer uso da palavra. [troca de presidência] **VEREADOR DJALMA NERY:** Eu vou dar sequência aqui, tá? Então, aproveitando que a gente está falando de funcionalismo público e de orçamento participativo. Acho que todo mundo sabe que o orçamento participativo é uma experiência inovadora, que nasceu no Brasil nos anos 2000 em Porto Alegre, chegou aqui em São Carlos, nas gestões do ex-prefeito Newton Lima, permaneceu na gestão do ex-prefeito Barba. Ainda que continue existindo no papel em termos institucionais, em termos efetivos a gente sabe que o orçamento participativo a partir de 2013, na prática, deixou de existir. E aí por que eu estou falando isso? Nós fizemos um questionamento, um requerimento de informações, solicitando então quais foram os trabalhos desenvolvidos no orçamento participativo que existe no papel nos últimos quatro anos, Bill. E a nossa surpresa é que nós recebemos aqui, olha o nosso pedido: serviços prestados pelo Departamento de Orçamento Participativo nos últimos quatro anos, com documentos comprobatórios, Robertinho. Nós recebemos do Sr. Salatiel Pereira Rocha, que é o diretor do departamento, cinco páginas de trabalho em quatro anos, cinco páginas de trabalho. Uma pessoa recebendo R\$ 6 mil por mês não mandou uma lista de presença de reunião, não mandou um relatório. Cinco páginas. A demanda do Aracy, demanda do Zavaglia. Gente, assim, é piada, só que não tem graça. Não tem graça. Então, assim, por que eu estou dizendo isso? Nós temos aqui em São Carlos aproximadamente 110 cargos comissionados, entre diretores, secretários, tem as funções gratificadas; e os cargos comissionados, eles são importantes, a questão de ser de confiança claro que é importante, nenhuma gestão vai querer um inimigo trabalhando para jogar contra, beleza. Só que existe o seguinte, tem uma recomendação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo de que todo cargo de direção, assessoramento e chefia precisa ter compatibilidade técnica com sua área de formação. Aí quando você pega uma pessoa, por exemplo, para o Departamento de Orçamento da Criança e Juventude, uma pessoa que não sabe nem fazer conta, uma pessoa que não tem condição nenhuma de gerenciar uma área importante dessa. Quando a gente transforma os cargos comissionados em cabides de emprego, quem paga a conta é a população. E eu estou dizendo isso porque, como nós estamos falando de recursos para o município, de contratação etc., nós precisamos priorizar aquilo que, de fato, vai se reverter em serviço para a população. Eu queria aproveitar a presença dos secretários, pessoal da prefeitura aqui, para que a gente fizesse esse compromisso de que as nomeações para os cargos de direção, assessoramento e chefia tivessem, de fato, um componente técnico, gente, senão os servidores de carreira vão ser refém de pessoas que não têm condições de gerenciar aquela pasta e, além dos servidores, a população paga a conta. Então, eu gostaria de pedir, eu sei que cada secretário, o prefeito tem essa autonomia, apesar de que existe uma recomendação do Tribunal de Contas de que existam essas compatibilidades técnicas. Eu queria aproveitar essa oportunidade, presidente Robertinho, para chamar a atenção e pedir para que a gente pense nesse próximo período na competência técnica dos nomeados para ocupar as pastas importantes. Obrigado, presidente. **SR. PRESIDENTE ROBERTINHO MORI:** Pois não. Parabéns. Eu passo a palavra... volto a palavra para a Dra. Helena, se puder responder essas indagações, Dra. Helena. **SRA. HELENA ANTUNES:** Eu vou procurar rapidamente, só para esclarecer.



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

Robertinho, vereador Robertinho, o concurso público, nós dependemos de uma empresa, e desde, se não me engano, setembro ou outubro do ano passado estamos tentando contratar uma empresa, fizemos chamada pública etc., as empresas não se apresentaram porque a gente achou que estava em um período ainda de 2021, que as contratações estavam suspensas no Brasil inteiro. Então acredito que naquele momento as empresas não estavam muito interessadas, porque elas tinham que manter um corpo técnico e acho que foram quase a maioria delas, o corpo técnico foi, digamos assim, reduzido em função de que o serviço não estava acontecendo. Demos sequência e quase no final do ano passado então foi escolhida a empresa e desde então a gente está fazendo tramitações aí administrativas para assinar o contrato com a empresa. Tivemos problemas aí com questão de recolhimento de taxas de inscrição, porque antigamente as taxas de inscrição iam direto do candidato para a empresa, agora, por uma determinação do Tribunal de Contas, apontamentos, essas taxas têm que vir para a prefeitura, e depois pagar a prefeitura pagar a empresa. Então isso sempre demora um certo momento para que essas questões ocorram. E, neste momento, neste momento, hoje, agora, o contrato já passado por todas as instâncias, aprovado já pelo jurídico, está já no serviço de expediente, acho que, se não me engano, desde ontem ou antes de ontem, portanto, não está lá atrasado, nada disso. E que deve, portanto, sair essa semana, no máximo, ou começo da semana que vem. Totalmente já passado por todas as instâncias administrativas e jurídicas. E mesmo instância administrativa e jurídica da empresa que vai ser contratada. Então, eu acho que isso responde a sua questão. Quanto à questão de contratação de pessoal da limpeza, a prefeitura já há muitos anos, e isso é desde antes de 2013, já faz mais de dez anos, optou pela terceirização do serviço de limpeza pública. Então nós não podemos contratar servidores para limpeza pública. A menos que a decisão novamente volte atrás, cancele todos os contratos de limpeza pública e a Lei 16.000 passe a permitir que se contrate servidores para a limpeza pública. Então, hoje existe um contrato de limpeza pública de alguns milhões de reais. Eu acho que o secretário de Fazenda está aí, pediu a palavra, ele pode esclarecer a vocês, porque eu não tenho esses detalhes, mas sei que é da ordem de milhões de reais para fazer a limpeza pública. E é um contrato gerido pela Secretaria de Serviços Públicos. Então, com relação a isso, eu acho que... eu estou fazendo a explicação das duas questões aí. Com relação à manifestação do vereador Lucão, eu concordo. Eu acho que... evidentemente eu não falo muito em público, não me manifesto muito em redes sociais, aliás, nenhuma manifestação, nada disso, mas aqueles que estão aí [ininteligível] sabe que o que eu vou falar agora aconteceu. No início de 2017, havia aí [ininteligível], e durante todo o primeiro semestre de 2017, todo aquele problema em relação a médicos e tudo mais, e a UPA de Santa Felícia fechada. Eu fui em uma Audiência Pública aí, a minha manifestação sempre foi a seguinte: o serviço de saúde funciona bem quando as Unidades Básicas de Saúde funcionam bem. Aqui em São Carlos são as UBSs e as USFs. A primeira porta que um cidadão deve procurar são essas daqui, o seu atendimento de consulta, de acompanhamento e tudo mais. E as UPAS são unidades de emergência. Naquele momento, a UPA Santa Felícia estava sem funcionar, houve uma reunião com vários vereadores, executivos e membros da Secretaria de Saúde, eu me comprometi pessoalmente de analisar as questões da saúde e eu me comprometi pessoalmente que no dia 31 de agosto a UPA Santa Felícia estaria funcionando. Se o vereador lembra, houve ali na reunião toda uma dúvida que será não sei o quê, e eu disse: Olha, basta deixarem para que eu analise a questão. Se não houver outra interferência que nós vamos resolver essa questão. Passei o mês todo de agosto, sábado, domingo, de noite, ou seja, analisando individualmente toda a área, todos os servidores que nos últimos três, quatro anos estavam nas unidades de saúde e verificando onde que eles estavam. A coisa estava de uma forma completamente desconexa, todos sabem disso. E dia 31 de agosto nós pusemos a UPA



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

Santa Felícia para funcionar. Evidentemente que nem mesmo obrigada para mim falarem, mas não tem problema nenhum, porque eu trabalho por vocação. Daquele momento em diante, o compromisso era de organizar as Unidades Básicas de Saúde e as Unidades de Saúde da Família, que, naquele momento, a diretoria era exercida pela Crislaine(F). Começamos a trabalhar e houve uma destruição do nosso trabalho. O próprio sindicato sabe disso porque o próprio sindicato pediu para encerrar aquela discussão, porque da parte da Secretaria de Saúde não havia interesse, não havia comparecimento do secretário. Quando vinha chefe de gabinete, tomava-se alguma decisão, voltava atrás porque não era o que se queria, e dois, três meses depois o assunto encerrou. Então, vereador Lucão, eu acho, na minha opinião, o seguinte, eu concordo plenamente, se nós não organizarmos, não é só contratar, contratar, porque sempre que o problema não está bom é contratar. Não é só contratar, é contratar também, mas se não houver uma organização na questão macro de como é que a Saúde vai funcionar em São Carlos, vai continuar desse jeito para sempre. Bom, o vereador Djalma, ele falou aqui, depois eu vou responder a Professora Neusa no final. O vereador Djalma se manifestou com relação à estrutura administrativa da prefeitura, ela realmente tem cerca de 110 cargos comissionados e da ordem de 250, 260 engatilhados. E sofremos muito durante vários anos, porque a estrutura da prefeitura desde 2000 e um pouquinho sempre foi criticada pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas e pelo Tribunal de Justiça. Tínhamos quase 700 cargos durante vários anos. Em 2013, eles foram diminuídos para 300 e poucos. E na atual estrutura administrativa, que eu participei, fiz toda a proposta, apresentei para o Executivo, para os secretários e aprovada pelo Olmo. Inclusive, conversando com o Ministério Público, todos esses cargos devem estar descritos na lei como sendo passíveis de serem ocupados por pessoas tecnicamente competentes. Então com relação à lei não há problema, não há o que mudar na lei. Com relação à ocupação desses cargos, eu não posso me manifestar porque não me compete nomear, nem nada disso. Mas gostaria de informar o seguinte, que na Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas todos os meus diretores são servidores efetivos e pessoas tecnicamente competentes para ocupar a área que ocupa, tanto os diretores quanto os chefes de seção, porque qualquer um deles pode ser submetido por quem quiser à prova de capacitação técnica. E o único externo que eu tenho na minha secretaria é o meu chefe de gabinete, que é uma pessoa, inclusive, formada em administração de empresas e que já participou de áreas de RH. Então, eu só posso responder por isso, pela estrutura administrativa que for competência da minha secretaria coordenar isso, fazer o texto e levar para o prefeito e os demais secretários que cuidavam da situação. Então, eu acredito que é o que eu possa esclarecer. E evidentemente estou sempre disposta a conversar sobre o assunto e discutir. Com relação à Professora Neusa, eu quero fazer é só uma pequena observação, Professora Neusa, é o seguinte, a senhora pediu, depois no final a senhora diz para... eu não vou usar a expressão que a senhora usou de levantar da cadeira, mas eu me levanto da minha cadeira, eu me levanto da minha cadeira para várias situações. Eu não sou pessoa de dar carteirada e nem de dizer por aí com quem está falando e quem eu sou. Eu tenho a minha vida discreta, eu não apareço muito, sou muito conhecida por várias pessoas da cidade, pela minha seriedade, pela competência, às vezes, alguns acham que não, mas pela seriedade eu sei que sim, pela honestidade e ter durante 33 anos militado na Universidade de São Paulo e formado grande parte dos engenheiros, inclusive, que hoje trabalham na cidade, em vários lugares do Brasil e exterior. Então, eu me identifico como uma pessoa que eu sou preocupada nas questões e não saio por aí dizendo quem eu sou e coisa do tipo. Então, é o seguinte, eu vou, sim, nos lugares, eu vou resolver problemas particulares do meu lado, sim, sento lá, pego um papelzinho de fila, sento lá e espero às vezes o tempo que for preciso esperar. Eu vou no banco, pego a minha senha, porque o Santander tem a conta da prefeitura, mas eu não uso Santander como secretária municipal de



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

Gestão de Pessoas. Sento lá, vou no caixa eletrônico sozinha, submeto as coisas quando preciso, vou tirar esclarecimentos, como Helena Maria de Cunha do Carmo Antunes. Nas UBS eu também vou, eu também vou, porque eu sou uma pessoa que vou tomar vacina, já tenho uma certa idade, vou fazer alguma outra questão, chego lá, nunca disse para ninguém quem eu sou. Pode ser que evidentemente muito deles me conhecem, mas muitos não me conhecem, porque eu não fico por aí me expondo publicamente. E fui tomar a vacina, enfrentei a fila, quando eu fui tomar a minha vacina eu fiquei quase duas horas esperando na primeira dose, porque tinha aquela quantidade de pessoas. E uma única vez que aconteceu um fato que é o seguinte, eu fui na UBS que eu frequento, tomar a vacina, isso uns três, quatro anos atrás, e a UBS estava fechada, porque não tinha vacina, a vacina tinha acabado, então UBS fechada. Voltei, tudo bem, fiz depois outro dia, mas para a surpresa minha, eu tenho assim uma memória visual boa, eu olho as coisas e enxergo e que havia pedido de hora extra para todo mundo daquele UBS trabalhando o dia inteiro. Eu falei: Nossa, como é possível? Eu fui lá, não tinha ninguém trabalhando, que hora extra para todo mundo naquele dia? E foi a única vez que eu peguei do prefeito, foi o Airton Garcia, cheguei e falei: Olha, prefeito, está pedindo hora extra aqui, mas eu vou sugerir para que não seja dado hora extra, porque eu fui lá, não tinha ninguém. E o prefeito acatou meu pedido. Bom, conclusão, hoje uma questão aí trabalhista onde eu fui acusada, não vou aqui entrar em mérito nem nada, mas fui acusada que eu estava usando um problema particular meu para uma decisão administrativa. Eu tive que responder por isso tudo, respondi numa boa. A outra coisa, vereadora Neusa, eu não disse que os professores não trabalharam e receberam. Não foi isso, a senhora está enganada com relação a essa posição minha. Os professores da educação básica, P2, P3, que eu esteja sabendo, trabalharam a distância, on-line e tal. Só que é o seguinte, professores P1, quase 400 professores atendem as creches, ninguém foi atendido nas creches, nem a distância, nem presencialmente, que eu saiba, mas também não tem problema nenhum, não paramos de pagar e nada mais. E eu não estou criticando nada, porque foi uma ocorrência... ocorrência de saúde que precisou ser dessa forma, não é? E várias outras funções também, quando não houve aí esse atendimento. Mas isso não é crítica minha, não, não estou criticando nada, eu gostaria de dizer que não quero absolutamente criticar ninguém nisso daí. Mas eu sou, assim, a única coisa que eu faria questão que a senhora entendesse é que eu me apresento, sim, em outros lugares, não dou carteirada e tenho o atendimento que às vezes é bom, às vezes não é. Obrigada. **SR. PRESIDENTE ROBERTINHO MORI:** Eu que agradeço. Eu tive a oportunidade de trabalhar com a senhora, e saiba a senhora e os pares sabem do respeito que eu tenho e a admiração pelo seu trabalho. Muito obrigado. Eu passo a palavra a Izaulina, suas considerações, por favor. **SRA. IZAULINA JACOMAZI:** Bom dia. Eu gostaria, representando a Secretaria de Saúde, nós estamos com a Jôra também on-line, mas dizer que além da preocupação colocada pelo Lucão desse diagnóstico de cada unidade de saúde, a gente também precisa fazer e colocado pela Dra. Helena, que a gente precisa em primeiro lugar, além desse diagnóstico do funcionário, fazer um diagnóstico das condições de trabalho das unidades de saúde. Então essa LDO vai precisar de um dinheiro grande na saúde, para obras nessas unidades de saúde. Porque hoje nós estamos com muitas unidades interditadas pela vigilância, com salas interditadas, já fazendo reformas, mas o que a gente tem hoje não vai ser suficiente para reformar todas. Então, essa LDO vai ter que ter um valor da saúde para obras. Nesse ano de 2022, a gente teve 1 milhão para as unidades de saúde, mas 1 milhão não vai ser suficiente para o ano que vem, então a gente tem que pensar nisso aí. Essa organização e reestruturação do prédio em si para dar condições para esses funcionários trabalharem, né? Então é uma coisa que a gente tem pensado. Quanto às cirurgias eletivas colocadas pelo Lucão, no orçamento de 2022 já existia um valor colocado. Acho que a gente pode perfeitamente, conversei até com a Jôra, que é quem está



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

respondendo pela secretaria, em colocar na LDO de 2022 um valor para as cirurgias eletivas. Não vejo problema quanto a isso. Já fez parte de 2022 do orçamento, da LDO pode fazer parte. Mas é importante que a gente pense em valor de obras não só para as unidades básicas mas também para as UPAs que estão em condições muito ruins. Esses prédios estão sendo... conserta um pouquinho aqui, conserta um pouquinho ali, talvez essa não seja a solução, a solução seria uma reforma mesmo para que isso deixe de acontecer. Então nessa LDO, essa última, tem que pensar nisso, tem que ser colocado no plano plurianual, tem que ser levado ao conselho, para que nos ajude a trabalhar esse assunto. Seria isso, muito obrigado. **VEREADOR LUCÃO FERNANDES:** Questão de ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de aproveitar a fala dessa excelente servidora pública, Izaulina, que ela pudesse nos ajudar, até fugindo um pouco, mas como se fala de recurso, procura recurso, arruma recurso, com tantas necessidades que nós temos, Sr. Presidente. Eu acabei de receber uma ligação aqui que me parece que expira o prazo hoje. Amanhã? Parece que expira o prazo amanhã da ordem de 1 milhão que foi conquistado, Djalma, através da bancada paulista, pela própria Santa Casa, R\$ 1 milhão. E, também, parece que foi feito um investimento no momento da covid também da ordem de 1 milhão que se não fizer um aditivo, uma renovação de emendas que vêm de Brasília até amanhã, poderá perder esse recurso. Então, não dá, no momento que nós estamos aqui, tentando arrumar um espaço no orçamento para a gente encaixar recurso, para a gente avançar, a gente perder 2 milhões. Então a Izaulina que está nesse momento representando a secretária interina, a Jôra, que pudesse junto com o corpo competente da prefeitura, fazer, trabalhar em cima para que nós... Não dá para perder, não dá para perder 2 milhões que a gente poderia fazer aí, não é o caso aqui de transferir para cirurgias eletivas, mas imagina isso para fazer cirurgias eletivas? Então, esse recurso de 1 milhão foi conquistado pela própria entidade, que foi em Brasília, fez política, 1 milhão e 1 milhão atendeu covid, gente, salvou vidas e agora precisa pagar. Agora, de que forma? Eu não sei, tem que fazer essa renovação, tem que fazer aditivo, mas comeu, tem que pagar. Usou, atendeu a população, presidente, me corrija se eu tiver errado, tem que ir lá e pagar a conta agora e é recurso que não vem de fonte 1, se não me engano, me corrija, é fonte do governo do estado e governo federal, não sei. É isso que eu queria pedir para essa excelente servidora de carreira, com respeito a todos os demais, que é a Izaulina. **SR. PRESIDENTE ROBERTINHO MORI:** Pois não. Fica feito o pedido do nobre vereador Lucão Fernandes. **VEREADOR LUCÃO FERNANDES:** Quando puder procurar a secretária e o também o Sr. Bunheira(F), para saber por que não está avançando essa questão de fazer esse aditivo. **SR. PRESIDENTE ROBERTINHO MORI:** Então ficou feito o pedido aí, a Izaulina está ouvindo, que pudesse estar... Eu passo a palavra agora ao nobre secretário Mario Luiz Duarte Antunes, nobre secretário da Fazenda. Por favor. **SR. MARIO LUIZ DUARTE ANTUNES:** Bom dia a todos os vereadores, aos colegas secretários e secretárias, a todos que estão nos vendo, os nossos diretores. Eu só quero enfatizar a importância da LDO, como já mencionado por vários aqui. A LDO, ela tem em um dos seus artigos, que nós trabalhamos muito para fazer o equilíbrio entre as contas do município, nos anos de 2017, 2018 e até 2019, que foi o contingenciamento. Então, nós utilizamos dessa ferramenta para que a gente possa, conforme hoje o nosso vereador Djalma Nery mencionou, ter uma condição de equilíbrio, uma condição das nossas contas mais robustas, mais saudáveis, honrando os nossos compromissos. Dessa forma, o que a gente consegue visualizar, que sempre tem uma evolução com relação aos nossos atos, né? Nós, antigamente, nesse período, no passado não muito longe, nós tínhamos um investimento de ordem de 1 a 2% na LOA, e a LOA deste ano o nosso investimento chega a quase 6%. Então é pouco, precisamos evoluir com relação aos investimentos, conforme a própria Iza falou, né? Nós temos que dar condições melhores de trabalho aos nossos servidores. Eu só acrescentaria na fala da Iza a



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

possibilidade de a gente unir entre recursos externos para fazermos esses investimentos, porque somente com recurso de fonte 1 fica complicado para o município. Mas fazendo se a gente unir com outros recursos, nós temos condições de evoluir nisso também. Quero falar, com respeito às palavras da D. Helena com relação ao comprometimento da folha, realmente ela tem razão com relação à participação de forma positiva do Saae com relação ao percentual do comprometimento da folha. Isso foi muito evidente até 2019, até 2019 o Saae realmente ajudava muito nesse percentual que na época girava em torno de próximo a 51%. Em 2020 e 2021, isso diminuiu, tá? Nós não estamos dependendo muito com relação ao Saae, mas ele nos ajuda ainda, mas houve uma pequena inversão disso e, hoje, se nós tirarmos o Saae, o nosso comprometimento está em torno aí de 42%, tá? Lembrando que nós temos fatores atípicos, conforme mencionou a D. Helena. Nós tivemos uma redução do 14º, da assiduidade, da não possibilidade de contratação no último ano, então tudo isso também diminuiu a nossa despesa com o pessoal. Então, eu quero só finalizar a minha falando que a Secretaria Municipal de Fazenda, ela continua dando a estrutura, o alicerce, para que a gente possa fazer uma boa peça, uma LDO, uma boa LOA e a gente possa cada vez mais prestar um bom serviço à nossa população. Muito obrigado. **SR. PRESIDENTE ROBERTINHO MORI:** Nós que agradecemos a sua participação, Mario. E diante o adiantado da hora, e como último secretário inscrito na sua fala, o secretário Mario, eu entendo uma audiência muito importante, proveitosa e eu passo para suas considerações finais a Fabiana. **SRA. FABIANA:** Eu vou tentar dar uma passada aqui em tudo o que foi falado e que não foi abordado por nenhum secretário ou representante das secretarias. Vereador Lucão falou da separação de valores para a cirurgia eletiva na elaboração do orçamento. Lembra que a gente comentou de criar aquela ação no orçamento já colocando cirurgia eletiva? Então já está feito isso, a gente só vai ter que trabalhar a questão de valores, mas a gente vai conseguir, sim. Vamos ver o valor que a gente consegue, mas já vai ter uma dotação para isso. Vamos tentar ao máximo aí, sei lá, o mesmo valor ou até um pouco a mais do que a gente conseguir. Do vereador Djalma, a parte de servidor, a Dra. Helena já respondeu, então vamos falar da parte de meio ambiente. Essa questão de meio ambiente, apesar da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia ter um valor, essa é uma questão que fica meio diluída, porque a gente tem, por exemplo, o Saae na parte de água e esgoto, tem a Secretaria de Obras em canais de drenagem, a parte de enchente, as obras ambientais que a gente tem tentado zerar esses passivos ambientais que é bem grande. Mas esse ano a gente já separou um recurso e pretendemos continuar para os próximos anos atendendo isso. Tem serviços públicos, que tem várias metas também dentro da LDO sobre resíduos sólidos, sobre plano de resíduos. A gente tem também na Habitação algumas coisas de fiscalização. Então às vezes o recurso olha no meio ambiente, não está lá, mas a gente tem que tentar uma ação intersecretarias, mas a gente vai tentar melhorar o orçamento aí, ver o que dá para fazer. Vereador Robertinho citou aqui sobre os investimentos na Educação Especial. Então, a gente tem convênio com Apae e Acorde, além das demandas internas que já foi falado sobre contratação, mas dentro do PPA da Secretaria de Educação tem várias ações, inclusive implantação de Centro de Referência de Educação Ambiental, melhoria da regulamentação. Então eu acredito que vá ter mais investimento no decorrer aí, não sei se para 23, mas no decorrer dos próximos anos. Agradeço aqui a todos os vereadores que falaram, também ao vereador Dé, que pediu a população e a gente ressalta isso novamente, que a população participe desse formulário, o vereador Djalma também falou, qualquer pessoa pode participar, sendo munícipe, entidade, empresa, não tem esse impedimento. É só dar a sua sugestão que a gente vai tentar fazer os encaminhamentos. O nosso secretário, Prof. Tundisi, falou dessa implantação de um Fundo de Desenvolvimento Sustentável só em relação a ela, a essa sugestão que ele apresentou, a gente não pode ter vinculação de receita. Então, o que ele citou de pegar 1% do



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

orçamento e destinar a esse fundo, isso é inconstitucional. A Constituição não permite que a gente vincule receitas tributárias, quer dizer, eu não posso pegar o IPTU e vincular a um fundo, isso não é permitido. A única vinculação permitida de receita de tributos é os 25% da educação e os 15% da saúde, que é definido na Constituição. Então o fundo é interessante, mas tem que tomar cuidado nas questões legais aí, provavelmente lá dentro da prefeitura irão fazer um estudo, mas tem que evitar, não pode contemplar essa vinculação com a receita tributária, para impostos. Sobre a última consideração aqui que eu anotei, que foi a do vereador Djalma sobre o orçamento participativo. Essa que a gente faz aqui não é o orçamento participativo em relação àquele que existia até 2012, que era aquele que as pessoas iam nas votações, apresentava as demandas e iam para votação. Não é isso, isso aqui é um incentivo que a Lei de Responsabilidade Fiscal que colocou lá em 2000, é um incentivo à participação popular. Então, assim, é para não haver confusão, nada daqui vai ser votado, decidido. Votado assim: Ah, eu ponho essa ou não ponho essa. A gente tenta acatar todas, o que a gente faz é um filtro, assim, porque às vezes a pessoa sugere ali que os servidores têm que atender, têm que ter mais educação, eu não tenho como colocar que o servidor tem que atender o trato. Não é uma meta, não é uma coisa que eu vou conseguir medir, então eu não posso pôr em uma LDO. Agora, se ele colocar uma obra de, igual foi falado aqui, por exemplo, para melhorar o investimento da educação ambiental... o investimento no meio ambiente, isso eu posso tentar colocar lá uma meta, indicador, aumentar o recurso. Então a gente tem que tomar cuidado, porque às vezes a sugestão que vem às vezes nem é do município, por exemplo, na elaboração do PPA. A gente recebeu uma sugestão dos municípios que os salários dos policiais tinham que ser melhorados. O município não tem essa competência, ele não mexe com salário do policial, isso é uma coisa do governo do estado. Então, assim, não é que a gente não acata as sugestões, é que não cabe ao município, então só faz esse filtro. Do restante, a gente tenta incluir todos. Eu acho que as demais questões aqui foram já apresentadas pelos secretários que participaram. E eu queria aqui agradecer todas as sugestões, eu tentei anotar, lógico que eu vou dar, como a audiência fica gravada, novamente eu vou ouvi-la, ver se não esqueci de anotar nenhuma coisa, e a gente vai tentar pôr essas sugestões. E os vereadores também sintam-se à vontade para participar do formulário, colocar, inclusive, essas sugestões que vocês apresentaram aqui. Aos que não puderam participar também, entrem ela, façam a sugestão, porque independente é munícipe e todos serão... a gente tentará entender... pegar essas demandas, encaminhar para a secretaria e tentar cobrar a inclusão dela. E acho que posteriormente a gente tem que criar um sistema, alguma coisa, para acompanhar se as demandas estão sendo incluídas e executadas, que é o nosso próximo passo que a gente quer implantar lá dentro da Secretaria de Planejamento. Agradeço novamente a Câmara aqui, acho que o Bill vai fazer as considerações finais, mas esse espaço permite que a gente atenda a um número maior de municípios do que lá só na prefeitura. E a gente deixa a Secretaria de Planejamento aberta para qualquer pessoa que quiser esclarecimento sobre essas peças de planejamento e qualquer outra dúvida. Obrigada a todos. **SR. PRESIDENTE ROBERTINHO MORI:** Pois não. Suas considerações, Bill Moreira, Chefe de Gabinete da Secretaria de Planejamento. **SR. EDUARDO BILL MOREIRA:** Robertinho, presidindo a sessão, vereadores que aqui estiveram presentes, vereador Djalma, que está aqui também com a gente, os servidores da prefeitura. É um sentimento de gratidão pela receptividade que tivemos aqui e saber que essa reunião foi extremamente produtiva. Eu acho que as cobranças que vieram por parte dos vereadores, os esclarecimentos, ainda mesmo que não completos, eu acho que pode mostrar um caminho muito interessante para a gestão pública. O vereador Djalma Nery colocou muito bem essa questão do meio ambiente. A questão da melhora do quadro do funcionalismo público municipal, isso é importante, eu concordo que tem que haver qualificação de todos os servidores, seja ele de

